

Cadernos do Noroeste



Volume II-N.º 2-3

Ciências Sociais

1989

Universidade do Minho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A. LIMA DE CARVALHO

Palavras Descabidas 3

PERSPECTIVAS DE CONJUNTO

PETER RIVIÈRE

New Trends in British Social Anthropology 7

C. LISÓN TOLOSANA

Las Espanas de los Espanoles 25

ESTUDOS E DOCUMENTOS

ERNESTO FIGUEIREDO

A Metodologia (estatística) na Sociologia Regional
ou A Sociologia Regional na Metodologia (estatística)?
(Uma interacção evolutiva de acção) 57

MANUEL DA SILVA E COSTA

Os Pequenos Patrões Industriais e Moral Económica 81

ALICE GERALDES

Lavradores e Artistas: Diferenças e Convergência 95

ALBERTINO GONÇALVES

O Presente Ausente II
Vias e desvios na intelexão da emigração e da sociedade portuguesas 125

MANUELA MARTINS

Algumas Perspectivas da Evolução do Povoamento do Vale do Cávado
entre o 1.º Milénio A.C. e a Romanização 155

MARIA DA CONCEIÇÃO FALCÃO FERREIRA

Elementos para um estudo sociotopográfico na baixa Idade Média:
um espaço residencial de elite 181

FRANQUELIM NEIVA SOARES

Catolicismo, Sociedade e Moralidade no Final do Antigo Regime
Visitações de Salamonde (1750-1831) 219

IVO DOMINGUES e FILOMENA GONÇALO

A Câmara Municipal de Seia no Período Liberal:
Um Estudo Financeiro 263

JOSÉ VIRIATO CAPELA

Braga, um Município Fidalgo.
As lutas pelo controlo da Câmara entre 1750 e 1834 301

RESUMOS 341

Algumas Perspectivas da Evolução do Povoamento do Vale do Cávado entre o 1.º Milénio A.C. e a Romanização

INTRODUÇÃO

Pretende-se com este trabalho dar a conhecer alguns dos resultados obtidos no estudo do povoamento proto-histórico e romano da bacia do curso médio do rio Cávado, na província do Minho. Esse projecto, desenvolvido entre 1980 e 1987 no âmbito da realização de provas de doutoramento apresentadas à Universidade do Minho (MARTINS 1987), teve por base um extenso trabalho de campo que incluiu escavações e prospecção sistemática.

As escavações incidiram em três povoados proto-históricos¹ e permitiram traçar um quadro diacrónico da evolução das comunidades do 1.º milénio a.C. e verificar o impacto da romanização sobre o *habitat* indígena.

Por sua vez, a prospecção e cartografia dos povoados, bem como dos sítios e achados romanos, cobrindo um período cronológico amplo, entre o Bronze Final e o Baixo Império, forneceram dados relevantes sobre as estratégias de ocupação do vale.

* Professora Auxiliar da Universidade do Minho.

¹ Foram realizadas escavações na citânia de S. Julião, em Vila Verde (MARTINS 1984, 11-27; 1985a 217-230; 1986, 159-160; 1988a), no castro do Barbudo, também em Vila Verde (MARTINS 1988b) e no povoado do Lago, em Amares (MARTINS 1986, 149-184; 1988c). O cômputo global dos resultados obtidos nestas três intervenções foi apresentado em 1987 no âmbito da dissertação de doutoramento da autora (MARTINS 1987, 236-702).

O modelo evolutivo observado, não podendo ser generalizado linearmente a outras bacias hidrográficas da região do Minho, aponta contudo para algumas hipóteses de trabalho que poderão orientar futuras pesquisas, no âmbito da análise do povoamento no período cronológico considerado.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Quem manuseia a bibliografia arqueológica relativa à ocupação proto-histórica e romana do NO peninsular confronta-se de imediato com uma extensa massa de informação, sobretudo relacionada com a ocupação dos característicos povoados fortificados da região, habitualmente designados por castros, que se concentram preferencialmente ao longo do litoral e das bacias fluviais (ROMERO MASIA 1976; SILVA 1983-84, 121-129; 1986).

O interesse suscitado pelas ruínas desses *habitats*, que atingem por vezes uma expressão arquitectónica aparatosa, está bem documentado por referências já nas obras eruditas do séc. XVIII (ARGOTE 1728; 1732-34; CARDOSO 1747-51; 1758; COSTA 1706-12). No entanto, será a partir das explorações realizadas por F. Martins Sarmiento, em Briteiros e Sabroso (SARMENTO 1884-1909; 1922-27; 1933), que os castros do NO ganharão importância no contexto da arqueologia peninsular.

A identificação crescente de numerosos castros e a exploração de muitos deles, acumularam um vasto leque de vestígios materiais, quase sempre sem contexto (cerâmicas, metais, pedras, esculturas), cuja explicação e datação, com recurso a abundantes paralelos, permitia evidenciar traços de uma homogeneidade cultural que individualizava a região NO em relação a outras áreas peninsulares.

A P. Bosch Gimpera se deve, nos anos 20, a definição da «Cultura dos Castros» e a sua caracterização no âmbito da 2.^a Idade do Ferro peninsular, a partir da tipologia dos povoados, da sua arquitectura e dos seus artefactos metálicos (BOSCH-GIMPERA 1921, 248-300). Desde então a evolução das pesquisas no âmbito da Proto-história do NO não mais deixará de se pautar pela tentativa de delimitar geograficamente essa cultura e tipificar os vestígios materiais, nomeadamente a arquitectura, as armas, as fíbulas, as esculturas, a cerâmica, ou a ourivesaria, entre outros (PINTO 1932, 81-91; LOPEZ CUEVILLAS

1953; 1954; CARDOSO 1953, 666-668; 1962, 391-423; 1974, 69-93; BLANCO FREISEIRO 1960, 179-195).

A principal tónica dos trabalhos produzidos entre os anos 20 e 70 deste século parece poder ser colocada na tentativa de demonstrar a homogeneidade da cultura material, que definiria assim uma área cultural própria (MALUQUER DE MOTES 1973, 335-342; 1975, 269-284), passando pela localização dos povos referidos nas fontes escritas. Perseguiu-se deste modo o paradigma «culturalista», tão caro à arqueologia europeia e que bebe as suas origens na escola geográfica e antropológica austro-germânica (HODDER 1982)².

Todavia, a crescente descrença de que as «culturas» pudessem traduzir unidades étnicas, sentida por arqueólogos europeus e americanos, favoreceu a procura de novos modelos explicativos que tentavam analisar a variabilidade cultural, nomeadamente em função do meio ambiente (CLARKE 1968; HIGGS 1972; 1975; RENFREW 1977, 89 - 112). Desencadeia-se, assim, uma reacção contra a concepção de «cultura» entendida como área geográfica com traços homogêneos (BINFORD 1965; CLARKE 1968; 1977; HODDER 1978, 3-24; SHENNAN 1978, 117). Entre nós, a utilização do termo «cultura» para definir entidades arqueológicas constitui ainda a regra, como bem sublinhou, ainda recentemente, Victor Oliveira Jorge (1985, 418).

A história da investigação da Proto-História do NO até aos nossos dias demonstra bem quanto o conceito de «Cultura Castreja», tão caro aos investigadores, marcou de forma carismática a pesquisa na região, impedindo, até certo ponto, novas abordagens metodológicas.

Se aceitarmos que o objectivo dos investigadores tem perseguido essencialmente a definição da cronologia da evolução e a caracterização dos traços materiais da «Cultura castreja» (ROMERO MASIÀ 1976; MALUQUER DE MOTES 1973; 1975; ACUNA CASTROVIEJO 1977; ALMEIDA 1983; SILVA 1983-84; 1986), verificamos que já quase tudo foi dito, senão mesmo repetido, embora com ligeiras variantes e novas contribuições resultantes de escavações realizadas com metodologias mais actualizadas.

² Tal paradigma encontrará em G. CHIEDU um excelente teorizador (1951), sendo de destacar todavia que muitos outros investigadores aceitarão o pressuposto de que uma «Cultura» se podia definir como área geográfica onde ocorriam vestígios recorrentes (DANIEL 1962; CLARK (1968).

Mas, se o estudo do passado, em períodos para os quais a Arqueologia fornece a principal base de conhecimentos, não pode ignorar a vertente cronológica, nem a evolução da cultura material, uma vez que é esta que permite a percepção dos fenómenos de mutação e variabilidade cultural, é um facto que ele exige hoje o redimensionamento dos problemas.

A reflexão sobre a importância dos dados arqueológicos no estudo da evolução das sociedades humanas e a tentativa de explicar o seu desenvolvimento e transformação em longos períodos de tempo, ocupam hoje um espaço privilegiado naquilo que poderemos designar por «Arqueologia Teórica» (CLARKE 1968; 1977; BINFORD 1965; RENFREW 1977; 1984; RENFREW *et alii* 1982). Ela forneceu, senão soluções em termos metodológicos, pelo menos caminhos que necessitam de ser trilhados no sentido de se compreender as sociedades humanas como sistemas culturais complexos. Daí uma maior necessidade de explicar a evolução das sociedades em termos da sua própria dinâmica económica e social, sem ser forçado a recorrer aos chamados «modelos de dominância» (invasão, migração, difusão cultural), utilizados tradicionalmente para explicar as alterações no registo arqueológico e as mudanças culturais.

A arqueologia actual não se distingue tanto da tradicional pelos objectivos, mas antes pelos métodos e esqueletos conceptuais que utiliza para os atingir, uma vez que é hoje inaceitável a ideia de que os vestígios possam «falar por si». Nem o registo arqueológico tem uma linguagem própria, emanente, nem o investigador parte para a sua abordagem «inocente» de estruturas conceptuais próprias. É precisamente no enriquecimento dos conceitos operativos com que se investigam e interpretam as comunidades humanas que podemos ver as contribuições mais significativas da arqueologia dos últimos anos.

Digamos, que a crítica das «culturas» como entidades representativas de povos e tribos, característicos de áreas geográficas específicas, conduziu a uma tendência para se entender o estudo das comunidades humanas como entidades ou sistemas culturais (RENFREW 1977, 89-112), ou seja, em termos de sítios e conjuntos de sítios, vistos como associados em ambientes particulares. Daí uma crescente valorização da chamada «arqueologia espacial» e do estudo dos fenómenos de povoamento (HODDER e ORTON 1976). Por outro lado, no estudo da evolução e transformação dessas entidades deve privilegiar-se as explicações de natureza endógena, que exigem de resto um conhecimento mais profundo da estrutura interna de funcionamento das sociedades humanas.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

O trabalho que procurámos realizar no vale do Cávado teve em vista interpretar a evolução das comunidades instaladas na região ao longo do 1.º milénio a.C. e o modo como elas reagiram à integração num estado de tipo imperial. Ensaíámos, por isso, articular duas vertentes fundamentais: a longa duração do fenómeno de povoamento em *habitats* fortificados, característica do 1.º milénio a.C., através da qual procurámos discernir os fenómenos de permanência e mutação cultural: a tentativa de leitura de um espaço homogéneo, do ponto de vista geomorfológico, como «palco» de um fenómeno cultural recorrente, que se caracteriza por um povoamento em *habitats* com preocupações defensivas dominantes e as potencialidades desse espaço em relação à emergência e desenvolvimento de novos *habitats* e novas exigências económicas, características da romanização.

Assim, não nos interessou analisar os povoados fortificados do vale do Cávado como elementos de uma «cultura», mas como comunidades que emergiram, desenvolveram-se e interactuaram num espaço, que reputamos de relativamente pouco pródigo em recursos naturais. O suporte teórico necessário à análise do povoamento foi-nos fornecido por uma série de trabalhos que desenvolveram métodos de análise adoptados, muitos deles, da Geografia (HAGGET 1965, CLARKE 1972, 80-1-870, 1977).

De resto, a arqueologia «processual», da qual o povoamento constitui de certo modo um ramo específico, com os seus modelos próprios, é hoje largamente utilizada em diferentes contextos culturais e cronológicos, fornecendo algumas bases importantes para a abordagem da evolução e complexificação das sociedades humanas (ORTON e HODDER 1976; BINTLIFF 1977; BRADLEY 1978; SHERIDAN e BAILEY 1981).

Foi partindo do princípio de que a organização espacial das comunidades constitui uma via possível para aceder à compreensão arqueológica das estruturas económicas e sociais de uma região (CHAMPION 1986, 60) que procurámos determinar da existência de hierarquia no povoamento e inferir *status* políticos da evidência arqueológica. Utilizámos para o efeito a análise sistemática de características, como a localização, dimensão e diferenciação dos sítios arqueológicos em estreita articulação com o quadro geomorfológico.

Embora não isenta de dificuldades e eventualmente controversa nas suas hipóteses, a nossa abordagem teve em vista caracterizar a evolução do povoamento como modo de entender a história do uso da paisagem na região da bacia do médio Cávado.

QUADRO GEOGRÁFICO

A bacia do Cávado que divide aproximadamente a meio a província portuguesa do Minho pode considerar-se uma sub-região natural dentro de uma unidade geomorfológica mais vasta, correspondente ao NO português. Quer do ponto de vista litológico, quer geomorfológico, quer ainda climático o vale do Cávado possui as mesmas características estruturais atribuídas pelos geógrafos ao conjunto do NO (GIRÃO, 1933; FERREIRA, 1942; FEIO, 1948; DIAS, 1949; RIBEIRO, 1955; FERREIRA, 1981; BIROT s/d).

O substrato geológico da bacia do Cávado é dominado por rochas eruptivas, sendo de destacar na sua parte média a existência de restos de terrenos silúricos (xistos) e de formações recentes como terraços Plio-pleistocénicos e aluviões modernos (TEIXEIRA *et alii* 1969; 1973; 1975). Todavia, são os afloramentos graníticos que ocupam de modo predominante o mapa geológico da região estudada, oferecendo algumas variantes importantes, que se desenvolvem em manchas mais ou menos paralelas, com direcção NO/SE (Fig. 2). Os xistos estão representados por diferentes afloramentos, fortemente metaforizados pelos granitos, que os transformaram em corneanas, xistos luzentes e xistos andaluzicos. As manchas mais importantes estão assinaladas na região entre Braga e Barcelos e possuem orientação NNO/SEE (Fig. 2).

As formações recentes estão definidas por depósitos de terraços, constituídos por cascalheiras, areias e argilas³, escalonados em diferentes níveis, dominando a margem direita do rio na área montante e a margem esquerda no troço a ocidente de Barcelos⁴.

³ A bacia do médio Cávado, mais concretamente a região entre Prado e Barcelos, a ocidente da confluência Cávado/Homem possui importantes manchas de argilas aluvionares, ainda hoje exploradas para o fabrico de cerâmica (RIBEIRO *et alii* 1943, 87-94; TEIXEIRA 1944, 19-40).

⁴ Os depósitos da margem esquerda estão ligados ao antigo estuário do Cávado que se localiza a Sul do actual, relacionado com um traçado mais NE/SO do rio.

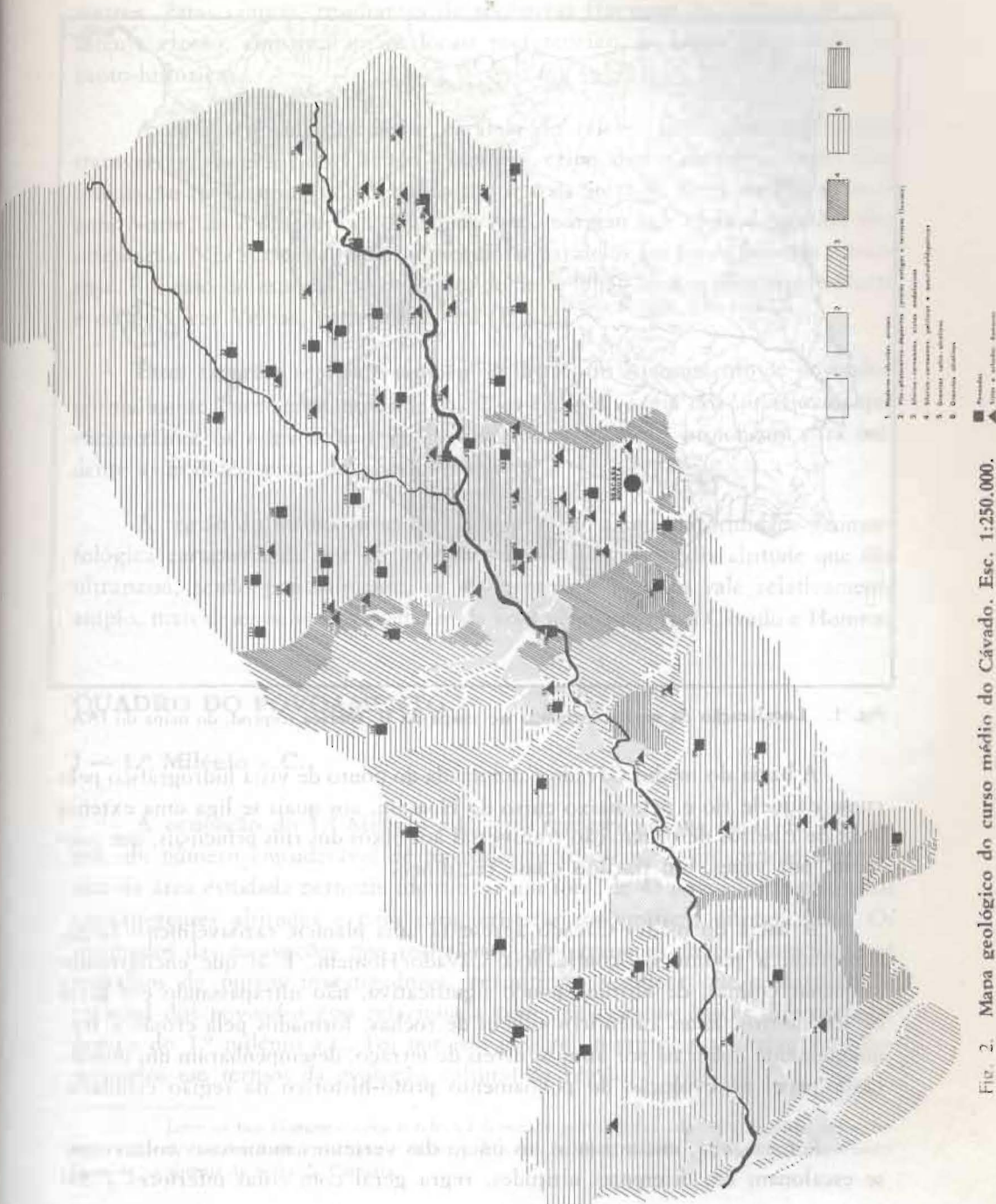


Fig. 2. Mapa geológico do curso médio do Cávado. Esc. 1:250.000.



Fig. 1. Localização da região estudada no mapa da P. Ibérica (reprod. do mapa do IAA).

A bacia do médio Cávado é dominada do ponto de vista hidrográfico pelo curso daquele rio e pelo baixo curso do Homem, aos quais se liga uma extensa rede de ribeiros de orientação transversal aos eixos dos rios principais, que possuem, por vezes, um traçado quase rectilíneo.

A bacia do médio Cávado apresenta uma planície razoavelmente larga, sobretudo a jusante da confluência Cávado/Homem. É aí que encontramos pequenas colinas, de altitude pouco significativa, não ultrapassando em geral os 100 metros. Estes autênticos «ilhéus de rocha», formados pela erosão e frequentemente cobertos por antigos níveis de terraço, desempenharam um importante papel na evolução do povoamento proto-histórico da região estudada.

Por sua vez, encontramos no início das vertentes numerosas colinas que se escalonam em diferentes altitudes, regra geral com cotas inferiores a 200

metros. Estas colinas, resultantes de sucessivas fracturas da rocha e de uma intensa erosão, constituíram os locais preferenciais de *habitat* das populações proto-históricas.

A compartimentação quase paralela do relevo, por linhas de fractura transversais aos eixos do Cávado e Homem, criou alguns amplos esporões com orientação N/S, como o da Serra do Busto, o da Serra de Roriz, ambos na margem Norte, ou o da Serra da Franqueira, na margem Sul. Outros esporões têm orientação NE/SO, sendo, por conseguinte, paralelos aos eixos dos rios principais. É o caso do esporão do Barbudo, do de S. Julião, ambos na margem Norte e do de Eiras Velhas, na margem Sul (Fig. 3).

Estes esporões serviram também de locais de assentamento de povoados, normalmente com certa importância. É na linha divisória dos interflúvios que encontramos os relevos mais significativos da região que prolongam para ocidente as grandes serras do interior minhoto⁵.

A região do médio curso do Cávado possui assim uniformidade geomorfológica caracterizada por um conjunto de relevos de média altitude que não ultrapassa, senão pontualmente, os 400 metros e por um vale relativamente amplo, mais desenvolvido a ocidente da confluência dos rios Cávado e Homem.

QUADRO DO POVOAMENTO

1 — 1.º Milénio a.C.

A ocupação do 1.º Milénio a.C. está representada na bacia do Cávado por um número considerável de povoados fortificados. A prospeção sistemática da área estudada permitiu identificar um total de 43 povoados implantados em diferentes altitudes e com características topográficas diferenciadas. Os resultados das escavações que realizámos, bem como os dados fornecidos por trabalhos de outros investigadores, permitiram verificar que a distribuição espacial dos povoados está relacionada com etapas cronológicas diferenciadas dentro do 1.º milénio a.C. Foi por isso possível interpretar a implantação dos povoados em termos da evolução cultural da região.

⁵ Entre os rios Homem e Lima o relevo é dominado pelo complexo da Serra Amarela, entre Homem e Cávado situa-se a parte portuguesa da Serra do Gerês; a Sul do Cávado os relevos mais importantes ligam-se ao sistema da Serra da Cabreira.

1.1 — Evolução cultural

Os povoados fortificados mais antigos datam do Bronze Final⁶. A ocupação deste período está bem caracterizada pelas escavações realizadas em S. Julião (MARTINS 1985 a; 1988 a) e no povoado do Barbudo (MARTINS 1988 b), ambos em Vila Verde. Outros povoados da região revelam também cerâmicas e achados metálicos correspondentes à primeira metade do 1.º milénio a.C.⁷

A implantação do povoado de S. Julião está bem datada, situando-se entre os séculos X/IX a.C. (ICEN 27 = 2890 ± 46; GIF 6993 = 2840 ± 80; ICEN 28 = 2820 ± 40). Esta cronologia refere-se à construção de uma fortificação em talude de terra e pedra (MARTINS 1985a, 197-240), que circundã o primitivo povoado. Para o castro do Barbudo dispomos de momento apenas de uma data de C14 (ICEN 21 = 2650 ± 40) que corresponde à destruição de uma estrutura de madeira, sobreposta à camada de ocupação mais antiga do povoado. Parece-nos assim legítimo admitir o seu início entre os séculos IX/VIII a.C.

Os povoados do vale do Cávado que registam ocupação do Bronze Final parecem revelar uma notável continuidade de ocupação ao longo de todo o 1.º milénio a.C., tendo sido todos eles intensamente romanizados. A evolução cultural estabelecida para os povoados de S. Julião e Barbudo, com base nas escavações, permitiu definir quatro fases cronológicas bem diferenciadas. A *Fase I* corresponde ao Bronze Final e pode situar-se entre os séc. X/IX — VII/VI a.C.; a *Fase II*, que assinala uma ruptura com a anterior em termos de cultura material e de ordenamento do espaço, foi datada entre o séc. V a.C. e os finais do séc. II a.C.; a *Fase III* compreende o séc. I a.C. e a primeira metade do séc. I da nossa era; a *Fase IV* assinala a romanização dos povoados.

A evolução cultural registada nos povoados de S. Julião e do Barbudo e os elementos cronológicos disponíveis para outras estações com ocupação do Bronze Final, permitiu-nos individualizar, um primeiro grande grupo de povoados, que designámos por tipo A. Têm em comum certas características topográ-

⁶ Situação semelhante vem sendo constatada, noutras regiões do NO português, nomeadamente no vale do rio Minho (SILVA 1986), Lima (ALMEIDA *et alii* 1981 e Ave (MARTINS 1985b).

⁷ É o caso do povoado de Roriz (ALMEIDA e SOEIRO 1980, 32-35), Fatia (ALMEIDA 1982, 79-88) e Monte da Saia (KALB 1980, 28, n.º 17), todos em Barcelos e ainda do de S. João de Rei, na Póvoa de Lanhoso (CARDOSO 1938, 82-83; KALB 1980, 27).

ficas particulares, nomeadamente no que concerne à sua localização em esporões, ou remates de esporão, possuindo por isso uma posição privilegiada em termos de controlo do vale. Um aspecto cronológico e cultural importante destes povoados relaciona-se com a sua hipotética origem no Bronze Final e a continuidade da sua ocupação até ao Alto Império.

Individuámos no vale do Cávado outros povoados em posições estratégicas menos importantes, que integrámos em dois outros tipos: B e C.

Os povoados do tipo B ocupam predominantemente colinas de média altitude, bem destacadas dos cordões montanhosos. Por sua vez, os povoados do tipo C estão implantados no vale e ocupam pequenos relevos com altitudes que não ultrapassam em geral os 150 m, podendo mesmo atingir apenas 50 m de cota máxima.

As escavações que realizámos num povoado do tipo C, o povoado do Lago, em Amares (MARTINS 1986, 149-184; 1988c) permitiram constatar que se trata de povoados implantados num momento avançado da Idade do Ferro (séc. III/II a.C.). Eles parecem definir uma estratégia de ocupação das terras mais baixas do vale. Frequentes em todas as bacias fluviais do Minho, designados habitualmente por povoados de baixa altitude, ou por castros agrícolas (ALMEIDA e BATISTA 1981, 238-318; ALMEIDA 1985a 125-127; 1985c 136-137; ALMEIDA 1986, 163), parecem possuir acentuados desfazamentos cronológicos entre si, consoante as regiões, quer no que respeita à sua implantação (FERNANDEZ OCHOA 1986), quer ao seu abandono. Até ao momento o povoado do Lago parece ser aquele que possui uma cronologia mais antiga. No entanto, ele parece ter sido também precocemente abandonado, já que não sobrevive à 1.ª metade do séc. I da nossa era. Em contrapartida muitos povoados similares do vale do Lima têm revelado vestígios de intensa romanização (ALMEIDA 1987).

1.2 — Distribuição espacial

A cartografia de 43 povoados fortificados na bacia do Cávado e a correlação dos elementos cronológicos disponíveis com o contexto geomorfológico (altitude, tipo de relevo) permitiu definir algumas hipóteses quanto à evolução dos povoados do 1.º milénio a.C. (Fig. 3).

tipo A — povoados com altitudes variáveis sempre acima dos 200 m, situando-se a maioria dos casos observados acima dos 250 m;

ocupam os relevos mais significativos da região assentando sistematicamente em remates de esporões, ou em esporões;

- possuem em geral 3 ou 4 linhas de muralhas, com características da Fase III, o que indica que atingiram um grande desenvolvimento nos finais do 1.º milénio a.C.;
- todos eles possuem vestígios seguros de romanização;
- todos os povoados com ocupação do Bronze Final estão incluídos nesta categoria.

tipo **B** — povoados com altitudes absolutas entre 170 m e 350 m; possuem uma posição estratégica ainda importante, embora menos significativa que a dos do tipo A;

- o número de linhas de muralhas varia entre 2 a 4, facto que os aproxima dos povoados do tipo A, podendo ter tido um desenvolvimento mais ou menos sincrónico em termos de reorganização das estruturas defensivas;
- até ao momento nenhum povoado deste grupo forneceu ocupação anterior à Idade do Ferro.

tipo **C** — povoados de baixa altitude com cotas variáveis entre 50 e 150 m; são raros os que atingem os 200 m; ocupam pequenos outeiros e colinas em pleno vale, ou no sopé dos montes;

- deverão caracterizar a Fase III, sendo possível que alguns sejam mais antigos e possam ter sobrevivido nalguns casos à romanização.

A evolução cultural registada nos povoados que ocupam as posições geo-estratégicas mais importantes da região (tipo A), parece indicar que estas comunidades desempenharam um papel fundamental na estrutura do povoamento do vale. A implantação dos povoados de tipo B e C parece, por isso, condicionada pela existência de povoados mais antigos.

A definição de áreas potenciais de exploração ou de áreas de influência (S.C.A.) desses povoados (HIGGS e VITA FINZI 1972, 27-36; DAVIDSON e BAILEY 1984, 25-46) permitiu verificar que eles se distribuem de modo mais ou menos

regular ao longo do vale e que o seu território óptimo não deveria ultrapassar 1,30h de marcha em torno do povoado, embora na região montante os territórios de alguns povoados se toquem por vezes apenas a cerca de 1 hora (Fig. 4).

É perceptível que os povoados do tipo A parecem distribuir-se de forma mais ou menos equitativa, fugindo às zonas mais baixas dos vales. Por sua vez, os povoados do tipo B e C parecem localizados preferencialmente nessas zonas (Fig. 3). Mas, a sua distribuição regista uma notável assimetria, pois são mais abundantes na região a montante de Barcelos. Por sua vez, os povoados do tipo B aparecem quase sempre na periferia dos territórios dos de tipo A, ou então dentro desses mesmos territórios. Esta última situação parece indicar, ou a sua dependência dos povoados do tipo A, ou uma efectiva redução dos territórios potenciais dos povoados mais antigos. No entanto, parece-nos plausível que os povoados do tipo B tenham surgido como uma certa extensão dos de tipo A, traduzindo possivelmente um fenómeno de desdobramento do núcleo populacional mais antigo e uma conquista de novos espaços mais perto do vale. Por outro lado, se os povoados do tipo A mantivessem ao longo do 1.º milénio a.C. os seus territórios potenciais de 1h/1,30h, os novos povoados teriam territórios mais pequenos, embora a sua economia pudesse ser então mais especializada. É provável que embora mantendo uma certa autonomia os povoados do tipo B estivessem social ou politicamente dependentes dos do tipo A.

A prática ausência de povoados do tipo B na área jusante do vale parece indicar uma dinâmica diferente dessa área. Aí, os povoados do tipo A poderão ter conhecido um crescimento nuclear mais acentuado, procedendo directamente à exploração dos vales. A repartição dos povoados de baixa altitude (tipo C) parece similar. Verificamos a sua concentração a montante de Barcelos, marginando os rios Homem e Cávado, em nítido contraste com a zona jusante onde apenas encontramos dois povoados deste tipo. Os povoados de tipo C parecem assim preencher os vazios dos povoados do tipo A, situando-se na periferia dos seus territórios e, mais raramente, dentro desses mesmos territórios (Fig. 3).

A estratégia de ocupação que caracteriza o 1.º milénio a.C. na bacia do médio Cávado parece revelar alguns aspectos importantes. Num momento inicial as comunidades proto-históricas parecem privilegiar os locais em melhor posição geo-estratégica, instalando-se em esporões com boa visibilidade sobre

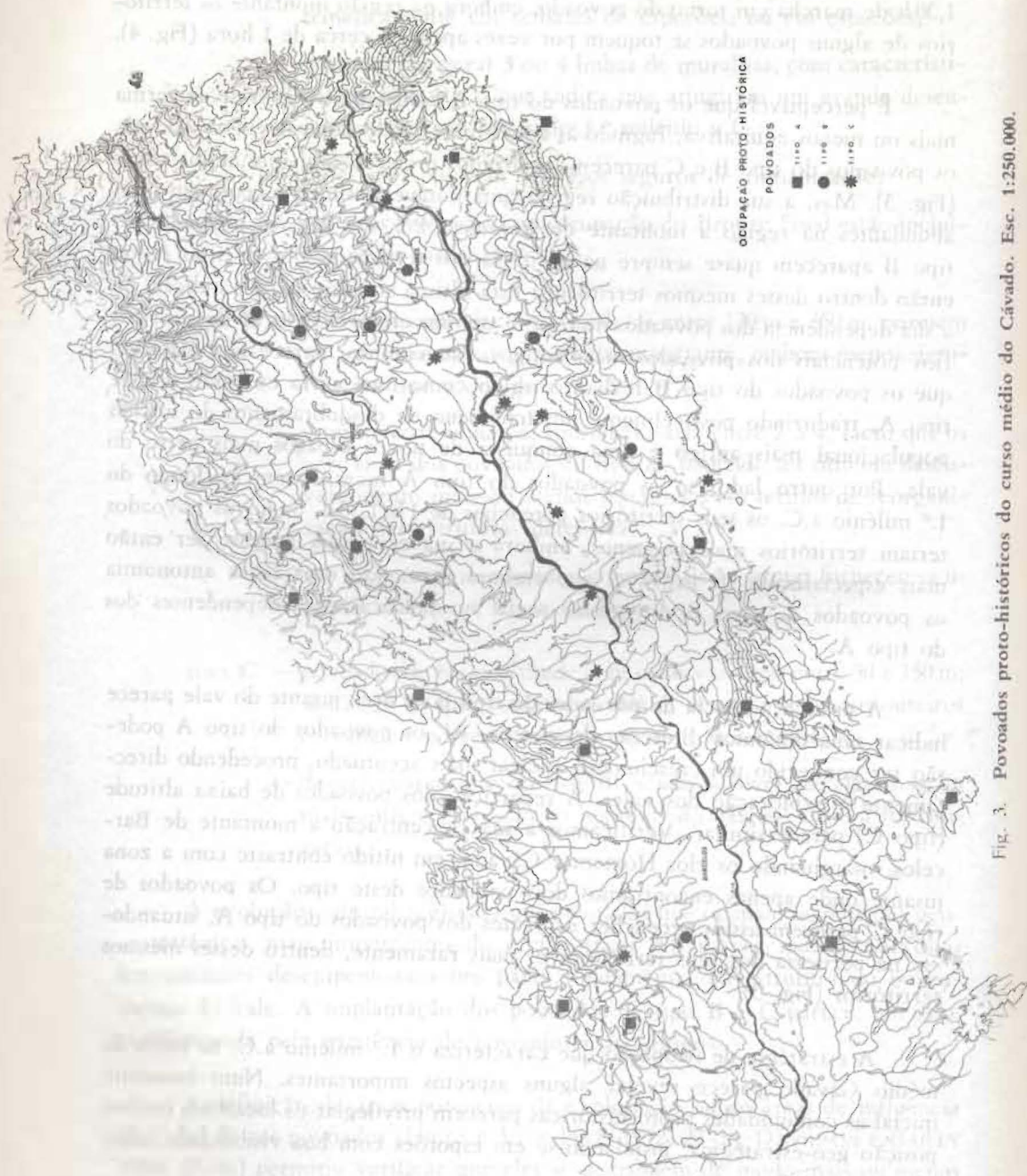


Fig. 3. Povoados proto-históricos do curso médio do Cávado. Esc. 1:250.000.

o vale. A sua distribuição indica que deveriam possuir territórios de exploração potenciais mais ou menos equivalentes, com raios de acção de cerca de 1 h/1,30 h. A sua economia parece ligar-se tanto à exploração de recursos de montanha, como de vertente.

A partir de meados do 1.º milénio a.C. (Fases II e III) assistimos a uma situação dicotómica: na zona montante regista-se uma maior densidade de povoados, hipoteticamente estruturados numa base hierárquica (tipo B e C), ligados à exploração de novos territórios económicos; na região a jusante os povoados de tipo A parecem sofrer preferencialmente um crescimento nuclear, atingindo um notável desenvolvimento, como acontece nos casos da citânia de Roriz, do Castelo de Faria e do Monte da Saia, todos situados no concelho de Barcelos.

De qualquer modo é bastante homogéneo o desenvolvimento atingido pela globalidade dos povoados do tipo A no séc. I a.C. Dependessem eles, na região montante, de outros povoados de menor altitude, ou controlassem directamente a exploração dos vales, a verdade é que parecem definir, pela sua importância, a rede estrutural da ocupação do vale, gozando provavelmente de um importante estatuto político, que justifica a sua sobrevivência durante o Alto Império.

Nada permite admitir uma importância particular de qualquer destes povoados em termos do conjunto da região, aparentando todos um poder económico e político relativamente semelhante, pelo menos, à data da sua integração no mundo romano. Talvez que a homogeneidade dos recursos que exploravam e a dimensão mais ou menos equitativa dos seus territórios não fossem suficientes para permitir uma concentração de poder particular.

Situações de hierarquia parecem existir apenas entre alguns povoados do tipo A e outros de tipo B e C, pelo que os primeiros poderiam ter desempenhado, circunstancialmente, o papel de lugares centrais em relação aos povoados mais pequenos, instalados nos seus territórios, ou na sua periferia.

A estrutura do povoamento dos finais do séc. I a.C. sofrerá algumas modificações em resultado da fundação de Bracara Augusta, do aparecimento de novas formas de *habitat* e do lançamento da rede viária. No entanto, a persistência dos povoados de tipo A, durante praticamente todo o Alto Império, demonstra bem a sua importância geo-estratégica e económica, que os Romanos terão sido certamente os primeiros a valorizar e preservar em benefício próprio.

2 — A ocupação romana

2.1 — Caracterização dos sítios e cronologia

O inventário e cartografia dos vestígios e sítios romanos forneceu uma informação relevante sobre a romanização do médio Cávado.

Os principais problemas com que nos defrontámos na análise das novas formas de *habitat* resultaram da dificuldade de definir com rigor o tipo de estações, a partir dos vestígios de superfície e da impossibilidade de os datar e de estabelecer, conseqüentemente, a sua rigorosa sincronia. A utilização de critérios para a determinação de sítios, como os seguidos para outras regiões do Império (POTTER 1972, GORGES 1979, LEDAY 1980), ou o estabelecimento de uma hierarquia de sítios baseada no tipo de vestígios e nas dimensões da área de dispersão dos achados (POTTER 1982, 23-24, 1986, 139-143) revelou-se impraticável no caso do vale do Cávado.

Não pudémos entrar em linha de conta, nem com a dimensão das jazidas, impossível de determinar dado o excessivo parcelamento da propriedade actual, nem com a presença de certos materiais de construção raros, como sejam os mosaicos (ALARÇÃO 1986, 171-179), ou os mármore, praticamente inexistentes na área estudada.

Dada a especificidade da região procurámos por isso estabelecer uma caracterização sumária dos sítios que fornecem indícios de novas formas de *habitat*. Nesse sentido, distinguimos 3 tipos diferentes de estações, de acordo com os materiais encontrados:

A — Casais ou explorações de tipo industrial: áreas de dispersão de cerâmica romana, sobretudo tégulas, por vezes com certa extensão, associadas ou não a mós, pedras, ou muros;

B — *Villae*: áreas de dispersão de cerâmica romana (tégulas e/ou outros), associada a vestígios arquitectónicos (bases, capitéis, colunas, colunelos), e/ou a material epigráfico;

C — Necrópoles: sepulturas e/ou monumentos epigráficos funerários.

Considerando que, salvo raríssimas excepções, os sítios referidos não foram escavados, tivémos que utilizar como elementos cronológicos básicos as cerâmicas, as moedas e o material epigráfico. A análise destes vestígios permitiu datar a maioria dos sítios entre o Alto e o Baixo Império.

Um total de 26 sítios, entre *villae*, casais e metrópoles, foram datadas do Alto Império. No Baixo Império colocámos apenas 7 sítios, sendo 13 de cronologia indeterminada.

2.2 — Distribuição espacial

A análise da dispersão de novas formas de *habitat* na região do médio Cávado permite lançar algumas hipóteses relativas à ocupação romana entre o Alto e o Baixo Império (Fig. 4).

Os novos tipos de estações, casais e *villae* parecem surgir inicialmente em articulação com Bracara Augusta, sendo nítida a sua concentração nas imediações da cidade. A fundação de Bracara Augusta, situada com grande probabilidade nos anos 4 ou 3 a.C. (LE ROUX 1975, 155-159; TRANOY 1980, 71; 1981, 150), e o lançamento da rede viária, logo no reinado de Augusto (TRANOY 1981), actuarão como agentes difusores de novas formas de *habitat*, favorecendo a dispersão populacional.

Verificámos, com efeito, que os sítios com cronologia alto imperial revelam uma distribuição de tipo radial, à volta de Bracara Augusta, obedecendo simultaneamente ao «princípio do transporte», isto é, seguindo os eixos das principais vias que cruzam a região. Aparentemente, a função dos novos *habitats* parece ligar-se ao próprio abastecimento de Bracara Augusta, não parecendo adquirir um papel relevante em termos económicos, sobretudo se considerarmos o conjunto da região. A organização económica parece ainda claramente ligada à sobrevivência dos povoados do tipo A, que mantêm praticamente na íntegra os seus territórios potenciais de 1h/1,30h.

Assim, numa primeira fase, que se deve iniciar logo na primeira metade do séc. I da nossa era e que caracterizará todo o Alto Império, os novos *habitats* parecem articular-se com o aproveitamento de espaços anteriormente explora-

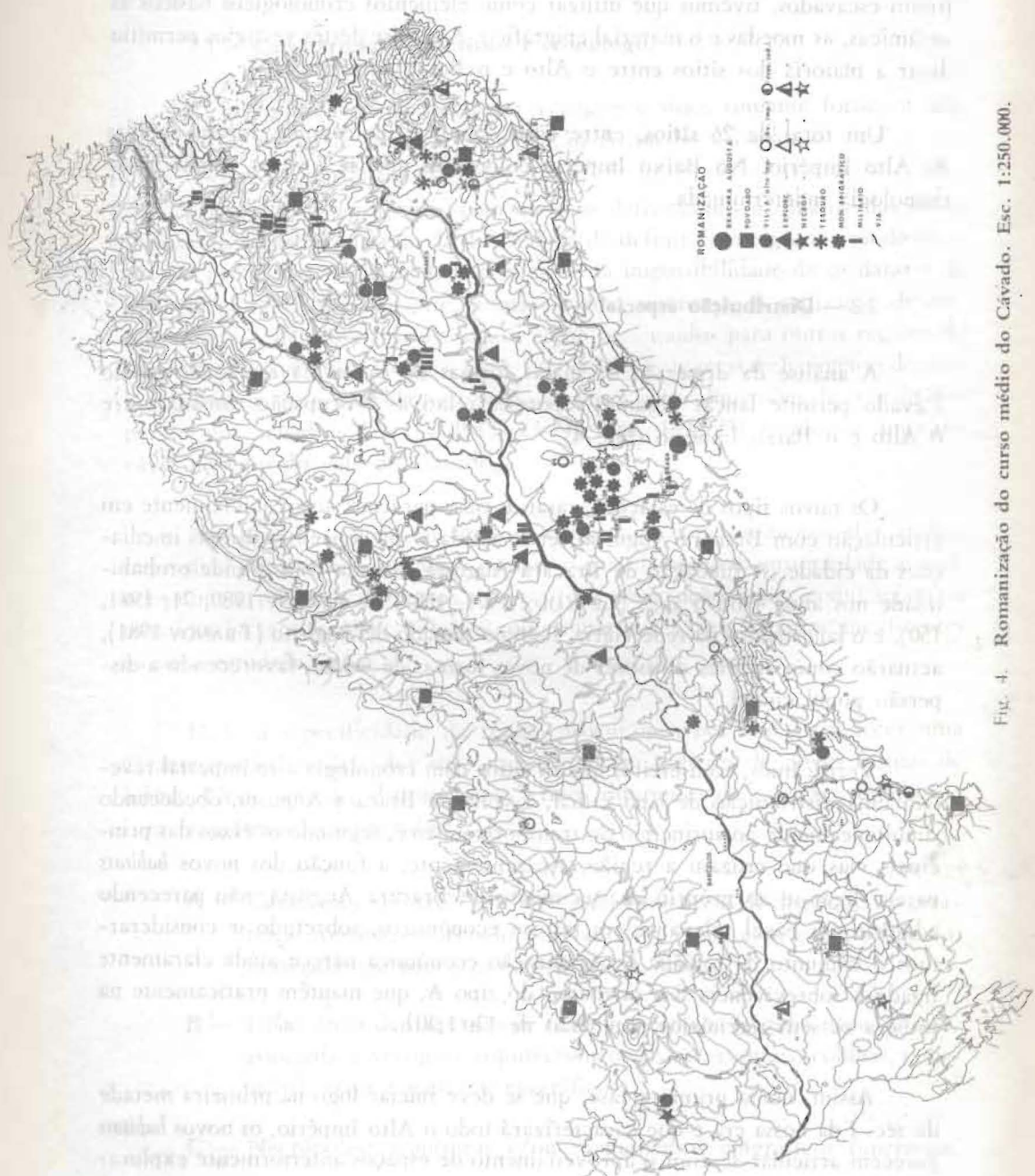


Fig. 4. Romanização do curso médio do Cávado. Esc. 1:250.000.

dos por povoados do tipo B e C, muitos dos quais serão abandonados ao longo áreas de exploração dos grandes povoados de altitude (tipo A).

Em contrapartida, existem várias situações que sugerem o abandono de povoados do tipo C e a instalação na sua proximidade de *villae* ou casais⁸.

Por outro lado, tudo parece indicar que as novas formas de *habitat* terão sido implantadas por uma burguesia indígena, que aparece bem documentada na epigrafia de Braga (LE ROUX e FRANCOY 1983-84, 204) e nas lápides encontradas em muitos desses assentamentos. Será de destacar a esse propósito a repetida ocorrência em Braga e arredores de nomes como Bloena, Camalo, Arquio, Melgeco, que parecem indicar a preponderância de algumas famílias indígenas ilustres ligadas ao aparecimento de *villae*⁹. Em contrapartida são raros os nomes de indivíduos com os *tria nomina*, seguramente indicadores de imigração¹⁰.

O material epigráfico da região parece testemunhar que a organização da vida económica se manterá durante boa parte do Alto Império a cargo dos indígenas. Se por um lado a permanência de alguns povoados fortificados se justifica, dada a sua posição de controlo em relação às vias e pela manutenção de uma economia agro/silvo/pastoril, bem adaptada às características da região, a emergência de novos tipos de *habitat* parece articular-se essencialmente com outras formas de exploração económica, inicialmente de reduzido impacto, mas que parecem ensaiadas pela própria população indígena.

A interpretação dos dados relativos à ocupação rural na época romana parece assim apontar para uma alteração profunda do sistema económico da região, estruturado com base nos povoados fortificados do 1.º milénio a.C., apenas num momento avançado do Alto Império.

⁸ Na região estudada podemos destacar pelo menos sete casos, em que essa transferência parece existir.

⁹ Esse poderá ser o caso de Dume, Braga, onde aparecem os nomes de Arquio (CII, II, 2435; 2378), Camalo (CII, II, 2447; EE, VIII, n.º 9) e Melgeco (CII, II, 2435) e do Campo da Porta, Carrazedo, Amares, onde foi encontrada uma lápide votiva dedicada aos Lares Búricos, por Bloena (EE, VIII, n.º 19; SOUSA 1971-72, 181-182; FRANCOY 1981, 303).

¹⁰ Esse poderia ser o caso de *Quintus Sabinus Florus* que erigiu uma lápide votiva ao Génio local, no lugar da Quinta de S. Vicente, em Amares, conforme é sugerido por José d'Encarnação (1985, 41-50). Uma outra interpretação é a de que estejamos perante um indígena bem romanizado (ENCARNAÇÃO 1985, nota 9), como parece acontecer também nos casos de S. Pedro de Merelim, Braga (FRANCOY 1981, 202) e Portela da Peneda, Vila Verde (SANTOS *et alii* 1983, 195-196).

do tipo A. A distribuição de novos *habitats* ao longo do vale é mais evidente a ocidente de Braga, onde no Alto Império verificamos uma quase sistemática ausência de material epigráfico e uma rarefação de sítios romanos.

A interpretação dos dados relativos à ocupação rural na época romana parece assim apontar para uma alteração profunda do sistema económico da região, estruturado com base nos povoados fortificados do I.º milénio a.C., apenas num momento avançado do Alto Império.

Abri! 1988

BIBLIOGRAFIA

- ACUNA CASTROVIEJO, F. (1977) — Panorama de la Cultura Castrexa en el NO de la Península Ibérica, *BA*, 31, pp. 235-253.
- ALARCÃO, J. (1980) — Os problemas da origem e da sobrevivência das *villae* romanas do Norte do país, *SANP*, 3, pp. 171-179.
- ALMEIDA, C.A.B. (1982) — Castelo de Faria. Campanha de Escavações de 1981, *Barcelos - Revista*, 1 (1), Barcelos, pp. 79-88.
 (1985a) — Intervenções arqueológicas no distrito de Viana do Castelo, *Centro de Estudos Regionais, Boletim Cultural*, 2, Viana do Castelo, pp. 124-127.
 (1985b) — Ponte de Lima. Vitorino das Donas — 1983, *IA*, s, pp. 136-137.
 (1987) — *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*, Porto.
- ALMEIDA, C.A.F. (1983) — Cultura castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 70-74.
 (1986) — Arte castreja, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 161-172.
- ALMEIDA, C.A.F.; M.T. SOEIRO; C.A.B. Almeida; A.J. Batista (1981) — *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- ARGOTE, I. (1728) — *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa.
 (1732-34) — *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispo de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.
- BINFORD, L.R. (1965) — A consideration of Archaeological Research Design, *American Antiquity*, 29, pp. 425-441.
- BINTLIFF, J.L. (1977) — *Natural environment and human settlement in Prehistoric Greece*, BAR - 528, Oxford.
- BIROT, P. (s/d) — *Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1960) — La Cultura Castrena, *I Symposium de Prehistoria Peninsular*, Pamplona, 1959, pp. 179-195.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1921) — Los Celtas y la civilización céltica en la Península Ibérica, *Boletim de la Sociedad Espanola de Excursiones*, Año 29, pp. 248-300.
- BRADLEY, R. (1978) — *The Prehistoric Settlement of Britain*, Routledge and Kegan Paul, London.
- CARDOSO, M. (1938) — Três curiosidades arqueológicas do período Lusitano-Romano, *R.G.*, 48 (1-3), pp. 82-83.
 (1953) — Alguns problemas da Idade do Ferro no Norte de Portugal, *R.G.*, 63 (3-4), pp. 666-683.
 (1962) — Alguns problemas da cultura dos castros no Norte de Portugal, *XXVI CLEPC*, 2 (5), pp. 391-423.
 (1974) — Algumas notas sobre arquitectura na Lusitânia durante a Idade do Ferro, *Colectânea de Estudos em honra do Professor Damião Peres*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, pp. 69-93.
- CHAMPION, T. (1982) — Fortification, Ranking and Subsistence, *Ranking, Resource and Exchange*, C. Renfrew e S. Shennan (eds.), Cambridge University Press, pp. 61-66.
- CHAMPION, T. e S. CHAMPION (1986) — Peer polity interaction in the European Iron Age, *Peer polity interaction and sociopolitical change*, C. Renfrew e J.F. Cherry (eds.), Cambridge University Press, London, pp. 59-68.
- CHILDE, G. (1951) — *Social Evolution*, N. York.
- CLARK, G. (1968) — *Archaeology and Society*, Methuen, London.
- CLARKE, D. L. (1968) — *Analytical archaeology*, Methuen, London.
 (1977) — *Spatial archaeology*, Academic Press, London.

- COSTA, A.C. (1706-1712) — *Corografia portuguesa e descripçam topografica do Reyno de Portugal*, Braga.
- DANIEL, G. (1962) — *The Idea of Prehistory*, London.
- DAVIDSON, I. e G.N. Bailey (1984) — Los vacimientos, sus territorios de explotación y la topografía. *BMAN*, 2, pp. 25-26.
- DIAS, A. Jorge (1949) — *Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro*, Congrès International de Géographie, Lisbonne.
- ENCARNAÇÃO, J. de (1985) — O culto ao Gémio no Noroeste Peninsular, *C.A. Série II*, 2, pp. 41-50.
- FEIO, M. (1948) — Notas geomorfológicas: I. Reflexões sobre o relevo do Minho; II. Em torno da interpretação dos terraços do rio Minho, *BSGP*, pp. 33-54.
- FERREIRA, D.B. (1978) — *Erosão diferencial e modelado das regiões graníticas do Norte de Portugal*, CEGUL, Lisboa.
(1981) — *Carte geomorphologique du Portugal*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 6, Lisboa.
- FERREIRA, H.A. (dir.) (1942) — *O clima de Portugal. O Entre Douro-e-Minho*, Lisboa.
- GIRÃO, A.A. (1933) — *Esboço de uma carta regional de Portugal*, Coimbra.
- GORGES, J.G. (1979) — *Les villas hispano-romaines*, Paris.
- HAGGETT, P. (1965) — *Locational analysis in Human geography*, London.
- HIGGS, E.S. (1972) — *Papers in economic prehistory*, Cambridge University Press.
(1975) — *Palaeoeconomy*, Cambridge University Press.
- HIGGS, E.S. e C. Vita Finzi (1972) — Prehistoric economies: a territorial approach, *Papers in Economic Prehistory*, E.S. Higgs (ed.), Cambridge University Press, pp. 27-36.
- HODDER, I. (ed.) (1978) — *The Spatial organisation of culture*, Duckworth, London.
(1982) — *Symbols in action. Ethnoarchaeological Studies of material culture*, Cambridge University Press.
- JORGE, V.O. (1985) — Em torno das implicações do conceito de cultura em Arqueologia, *TAE*, pp. 415-418.
- KALB, Ph. (1980) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, Frankfurt, pp. 25-29.
- LEDAY, A. (1980) — *La campagne à l'époque romaine dans le centre de la Gaule. Rural settlement in Central Gaul in the roman period*, BAR-S73, Oxford.
- LE ROUX, P. (1975) — Aux origines de Braga (Bracara Augusta), *B.A.* 29 (67-68), pp. 155-159.
- LE ROUX, P. e A. TRANOY (1983-84) — Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest hispanique sous la domination romaine, *Portugalia*, (N/S), Porto, pp. 199-207.
- LOPEZ-CUEVILLAS (1953) — *La civilisation celtica en galicia*, Santiago de Compostela.
(1954) — *La Edad del Hierro en el Noroeste (La cultura de los castros)*, Madrid.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1973) — La originalidad de la cultura castrena, *TAE*, 22 (3), Porto, pp. 335-342.
(1975) — La cultura castrena de la Edad del Hierro, *I JMACH*, 1, pp. 269-284.
- MARTINS, M. (1984) — A citânia de S. Julião, Vila Verde. Primeiras sondagens, *C.A. Série II*, 1, Braga, pp. 11-27.
(1985a) — A ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia, *TAE*, 25 (2-4), Porto, pp. 197-240.
(1985b) — Sondagens arqueológicas no castro do Monte do Padrão, em Santo Tirso, *C.A. Série II*, 2, Braga, pp. 217-230.
(1986) — O povoado proto-histórico do Lago (Amares). Sistemas de defesa e fases de ocupação, *AP. Série IV*, 4, pp. 149-184.
(1987) — *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga (tese de doutoramento-polic.).
(1988a) — *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981 e 1985*, Braga.

- (1988b) — O castro do Barbudo, em Vila Verde. Resultados das campanhas de 1983, 1984 e 1985, Braga, prelo.
- (1988c) — O povoado fortificado do Lago, em Amares, Braga.
- PINTO, R.S. (1932) — A cidade de Terroso e os castros do Norte de Portugal, RG, 42 (1-2), pp. 81-91.
- POTTER, T.W. (1972) — *The changing landscape of South Etruria*, London.
- (1982) — Prospection en surface: Theorie et pratique, *Actes du Colloque de Aix-en-Provence*, 1980, Marseille, pp. 19-37.
- (1986) — Programme de prospection en Étrurie Méridionale: reflexions sur les méthodes et les techniques, *Documents d'Archéologie Française*, 3, Paris, pp. 139-143.
- RENFREW, C. (1977) — Space, Time and Polity, *The Evolution of Social Systems*, J. Friedman e M.J. Rowlands (eds.), Duckworth, London, pp. 89-112.
- (1984) — *Approaches to social Archaeology*, Edimburg University Press.
- RENFREW, C.; M. Rowlands; B. Seagraves (1982) — *Theory and Explanation in Archaeology*, Academic Press.
- RIBEIRO, O. (1955) — Portugal, *Geografia de Espana y Portugal*, 5, Barcelona.
- RIBEIRO, O.; J.M. Cotoelo Neiva; C. Teixeira (1943) — Depósitos detriticos da bacia do Cávado, BSGP, 3 (1-2), pp. 87-94.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976) — *El habitat castreño*, Santiago de Compostela.
- SANTOS, L.A.; P. Le Roux; A. Tranov (1983). Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga, BA, 37, 83-84 (96-97), pp. 183-205.
- SHENNAN, S.J. (1978) — Archaeological «Cultures»: an empirical investigation, *Spatial Organisation of Culture*, I. Hodder (ed.), Duckworth, London, pp. 113-140.
- SHERIDAN, A. e G. Bailey (1981) — *Economic Archaeology. Towards an Investigation of Ecological and Social Approaches*, BAR-S96, Oxford.
- SILVA, A.C.F. (1983-84) — A cultura castreja no Noroeste de Portugal. Habitat e cronologias, *Portugália*, (N/S), 4-5, Porto, pp. 121-129.
- (1986) — *A cultura castreja do Noroeste Português*, Paços de Ferreira.
- SOUSA, J.I. (1971-72) — Nova ara dedicada aos Lares no *Conventus Bracaraugustanus*, BA, 25 - 26, 59 - 62 (71-74), pp. 179-184.
- TEIXEIRA, C. (1944) — Tectónica plio-pleistocénica do Noroeste peninsular, BSGP, 6, pp. 19-40.
- TEIXEIRA, C.; A.C. Medeiros; C.A.M. Alves; M.M. Moreira (1969) — *Carta geológica de Portugal (1/50.000). Notícia explicativa da folha 5-C*, Barcelos, SGP, Lisboa.
- TEIXEIRA, C.; A.C. Medeiros; J.R. Macedo (1973). *Carta Geológica de Portugal (1/50.000). Notícia explicativa da folha 5-D*, Braga, SGP, Lisboa.
- TEIXEIRA, C.; A.C. Medeiros; J.T. Lopes (1975) — *Carta Geológica de Portugal (1/50.000). Notícia explicativa da folha 5-B*, Ponte da Barca, SGP, Lisboa.
- TRANOY, A. (1980) — Religion et Société à Bracara Augusta (Braga) au Haut Empire Romain, SNAP, 3, pp. 67-83.
- TRANOY, A. (1981) — *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Bocard, Paris.